

14666 Quinta-feira 20

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL (Seção I)

Novembro de 1980

mensagem do Governo Federal enviada ao Congresso Nacional e em fase de apreciação. Dentro de poucos dias, será transformada em lei, atingindo exatamente os assalariados com capacidade de adquirir imóveis pelo SFH.

Essa desastrosa política do Governo Federal terá graves consequências para os compradores de imóveis pelo Sistema Financeiro de Habitação. Milhares de compradores vão atrasar o pagamento, e acabarão perdendo seus imóveis e suas parcas economias a duras penas destinadas à compra da casa própria.

É o desespero para os compradores e a alegria para as grandes empresas financeiras, que vão se apropriar das prestações e, tarbustando, do imóvel, aumentando vertiginosamente seus lucros à custa da desgraça das famílias brasileiras. Esta é a política do Governo Federal para benefício dos grandes empresários.

O Governo representa, na verdade, a classe rica. Por isso, no Brasil, só se tem feito política em favor dos ricos. As leis são elaboradas para beneficiar os ricos. São os ricos que estão no poder. Por isso mesmo é que o nosso partido, o Partido Democrático Trabalhista (PDT), está se organizando com as mãos do povo, para a população marginalizada e oprimida, pois só com ela tem o compromisso de libertar o povo da miséria secular em que vive, para o destino de paz e harmonia, da democracia e liberdade.

O SR. DELÍO DOS SANTOS (PMDB — RJ — Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma discriminação odiosa se comete contra a população do Distrito Federal, estimada em cerca de 300.000 habitantes. O direito de votar lhe é vetado.

Recentemente, várias entidades do Distrito Federal realizaram o "Seminário Sobre a Representação Política no Distrito Federal", organizado pelo Centro Brasil Democrático — CEBRADE-DF, no qual aprovaram resoluções que apontam o caminho para a conquista do direito de voto.

Esta luta do povo do Distrito Federal deve contar com o apoio e a solidariedade de todos os democratas e patriotas brasileiros.

Nesse sentido, transcrevo nos anais desta Casa a nota das entidades do Distrito Federal, defendendo a representação política:

"As entidades abaixo-assinadas, representativas de importantes segmentos da população, participantes do "Seminário Sobre a Representação Política no Distrito Federal", realizado nos dias 24, 25 e 26 de outubro de 1980, tomaram as seguintes resoluções, que ora apresentam à população, às demais entidades e às autoridades do Distrito Federal, bem como aos integrantes do Congresso Nacional:

Os direitos de votar e de ser votado são direitos elementares, garantidos pela Constituição da República, e dos quais o cidadão do Distrito Federal vê-se hoje privado. Neste sentido, reivindicamos a igualdade de representação política com os demais cidadãos brasileiros. Entendemos, também, que esta norma vincula-se à princípios gerais a serem preservados e elevados a nível superior, como as liberdades de expressão, de organização e de participação política.

Consideramos que o direito de cidadania — de votar e ser votado — deve ser extensivo a todos os brasileiros, inclusive aos analfabetos, aos cabos, aos soldados e aos marinheiros que contribuem igualmente com o seu trabalho para a construção da riqueza nacional.

Queremos participar, como cidadãos, na resolução dos problemas nacionais e regionais, elegendo nossos representantes tanto no Poder Legislativo quanto no Executivo. Assim, entendemos que a representação política que interessa à população do Distrito Federal deva ser em todos os níveis federal e local.

Faz-se necessária a aprovação de Emenda Constitucional restabelecendo a representação política no Distrito Federal em todos os níveis, de acordo com a tradição brasileira. A representação política no Distrito Federal foi extinta pela Constituição de 1967 e, portanto, julgamos estar o Congresso Nacional, que a votou, em dívida com a população brasileira. Diversos projetos, propondo algum nível de representação, têm sido, desde esta data, apresentados, porém têm sido, sistematicamente rejeitados. Reiteramos aos Deputados Federais e aos Senadores que é chegado o momento de saldar este compromisso. De nossa parte, trabalharemos no processo de mobilização popular em apoio aos projetos que contribuam com a representação desejada.

Neste sentido apoiamos a "Emenda Cafeteira", que propõe a representação parlamentar a nível federal — na Câmara dos Deputados e no Senado como forma imediata de atendimento, ainda que parcial, dos legítimos reclamos da população do Distrito Federal.

Cresce, a cada dia, o clamor pela Representação Política do Distrito Federal. Estamos convencidos, entretanto, de que esta conquista está estreitamente relacionada à manifestação clara e poderosa, pela população, de que este é o seu desejo majoritário. Assim, sua conquista depende de um amplo processo de mobilização da opinião pública, envolvendo todos os seus segmentos, unidos em torno deste objetivo, independentemente de suas concepções políticas e de sua situação de classe. Desta forma, torna-se essencial demonstrar à população o importante vínculo, no quadro geral de suas lutas, entre a representação política e o encaminhamento e a solução de suas reivindicações.

Cabe, principalmente, às entidades, de todas as naturezas, levar às bases a discussão sobre a representação política, vinculando-a aos problemas e lutas da comunidade, promovendo eventos sociais e políticos e enviando todos os esforços para popularizar o movimento junto aos trabalhadores. Assim, conclamamos as direções das entidades para que se empenhem ativamente nesta campanha.

A participação dos partidos na luta pela representação política é indispensável porque é impossível atingir e preservar o poder, numa sociedade democrática, sem a sua presença. Portanto, é de fundamental importância que todos os partidos se manifestem nesta luta, através de suas organizações e diretórios locais, promovendo debates no Parlamento, comícios, campanhas e outros atos que mobilizem o povo, bem como participando dos atos e reuniões promovidos pelas entidades em prol da representação política.

Com a finalidade de dirigir e coordenar as ações, tendo em vista a intensificação do movimento, ficou decidido reativar o antigo "Comitê Pela Representação Política do Distrito Federal", agora com o nome de "Comitê Pelo Voto no Distrito Federal". Este órgão centralizador coordenará o movimento no Plano Piloto e nas Cidades Satélites e será composto de representantes credenciados pelas entidades classistas, partidárias, comunitárias, religiosas, culturais e desportivas. "Comitê pelo Voto" reunirá-se-a no dia 16 de novembro próximo, quando será efetivado, e elegerá sua Comissão Executiva.

Ficaram aprovadas também diferentes medidas, tendo em vista o desenvolvimento da campanha de mobilização, como comícios, forrós, plásticos adesivos com os dizeres "queremos votar", cartazes, palestras e seminários com a participação de parlamentares (particularmente nas cidades satélites), concurso de monografias para estudantes, a organização de um curso de informação política sobre o Distrito Federal e a criação de uma estrutura financeira para a campanha de mobilização. O "Comitê pelo Voto" estudará, também, a forma e a data de realizar um plebiscito para demonstrar o desejo da população por sua representação política.

Conclamos a população do Distrito Federal para que se engaje nesta campanha. Acreditamos que será a nossa vontade, na defesa do direito democrático, elementar e constitucional de votar e de ser votado que determinará nossa vitória.

Brasília, 26 de outubro de 1980. — Sindicato dos Empregados no Comércio de Brasília — Sindicato dos Empregados nos Estabelecimentos Bancários de Brasília — Sindicato dos Engenheiros de Brasília."

Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Brasília — Sindicato Profissional dos Professores de Brasília — Associação dos Artistas — Associação Brasileira de Voluntários Doadores de Sangue — Federação das Associações Comerciais do Distrito Federal — Associação Comercial do Distrito Federal — Associação Comercial e Industrial do Núcleo Bandeirante — Associação Comercial e Industrial de Brasília — Associação Comercial e Industrial de Ceilândia — Associação Comercial e Industrial do Gama — Associação Comercial e Industrial do Guará — Associação Comercial e Industrial de Planaltina — Associação Comercial e Industrial de Sobradinho — Associação Comercial e Industrial de Taguatinga — Associação dos Docentes da Universidade de Brasília — Associação dos Incansáveis Moradores da Ceilândia — Associação dos Moradores da Metropolitana — Associação Profissional dos Economistas do Distrito Federal — Associação Profissio-

nal dos Psicólogos do Distrito Federal — Associação Profissional dos Sociólogos do Distrito Federal — Associação dos Vigilantes do Distrito Federal — Centro Brasil Democrático / DF — CEBRADE/DF — Círculo de Trabalhadores Cristãos de Sobradinho — Comitê Pio-Representação Política de Sobradinho — Diretório Central dos Estudantes da UNE-DC/UnB — Federação dos Servidores Públicos de Brasília — Núcleo do PDT do Distrito Federal — Núcleo do PMDB do Distrito Federal — Núcleo do PT do Distrito Federal — União dos Fotógrafos — Associação dos Servidores — do BNH.”

Era o que tinha a dizer.

O SR. GERALDO GUEDES (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, meu apelo de hoje é dirigido ao meu digno amigo e honrado Ministro das Minas e Energia, Eng.º César Cals. S. Ex.ª se tem voltado dedicadamente a uma vigorosa política de economia de energia. E está certo. O principal, no entanto, é a execução.

Dentro do quadro de alternativas de que dispõe o seu Ministério para poupança de energia, creio que nenhuma outra há de mais imediata necessidade que a da chamada hora do verão — isto é, de dezembro a março todos os relógios ficam adiantados de uma hora. Que significa isso?

Significa permitir a preservação de preciosos kilowatts/hora. Presume-se que o ganho obtido na economia do País equivalerá a 1% do consumo total de eletricidade, o que representa 300 000 toneladas de petróleo. Isso já é alguma coisa.

Todas as nações do mundo que não têm reservas petrolíferas estão desenvolvendo toda sorte de opções na área do aproveitamento da energia, procurando diminuir o valor das importações de petróleo, porque isso põe em perigo o equilíbrio de suas balanças de pagamento.

O governo francês, por exemplo, desde 1974, para remediar esta situação, decidiu coordenar um rígido sistema de poupança energética, constabelecido em três pontos: aumentar a capacidade da produção nacional; diversificar as fontes de abastecimento; e diminuir sempre as necessidades do combustível.

Ora, Sr. Presidente, aqui no Brasil a adoção da hora do verão atende precisamente a esses requisitos, e ainda respeita três condições essenciais: é rentável para a coletividade; é compatível com o desenvolvimento do País; e não subestima o nível de trabalho da população.

Em anos anteriores, quando ainda não vivíamos este período angustiante da crise energética, tivemos a prática da hora do verão. Os resultados econômicos foram animadores; economia de tempo apreciável para todas as atividades; não houve substanciais mudanças de comportamento de vida. Apenas se aproveitaram bem horas perdidas, das manhãs e das tardes.

Acredito, Sr. Presidente, que esteja em tempo de se decidir logo sobre esta providência, a de se adotar, a partir do próximo mês de dezembro, o horário de verão, que tantos benefícios e vantagens poderá trazer à indústria, ao comércio, à vida econômica do País.

Este é o apelo que faço hoje ao Sr. Ministro das Minas e Energia. A hora do verão é necessária, como uma das soluções para a política de energia, que tanto vem preocupando a vida nacional.

O SR. ALBERICO CORDEIRO (PDS — AL. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Presidente João Figueiredo preside amanhã, à inauguração da Usina Paulo Afonso IV, a maior hidrelétrica já construída pela CHESF, com capacidade instalada final de dois milhões e quatrocentos e sessenta mil quilowatts, elevando para quatro milhões de quilowatts a capacidade instalada da Companhia Hidrelétrica do São Francisco, atendendo inteiramente à demanda do Nordeste, com um acréscimo em torno de quinze por cento ao ano. Além das quatro usinas de Paulo Afonso, a CHESF opera, na região, a de Muxotó.

Com a conjugação de Paulo Afonso IV e Sobradinho, a empresa pode acorrer ao crescimento vegetativo do mercado, além do suprimento de novos projetos na área até o atendimento a compromisso com a ELETRONORTE, para suprir Belém do Pará, enquanto não se conclui a hidrelétrica de Tucuruí.

A nova obra resultou do aproveitamento das águas provenientes de Moxotó, por meio de um canal de 5,300 metros de extensão, alimentando o reservatório de compensação de dezesseis quilômetros quadrados, com uma barragem de concreto de 35 metros de altura e um vertedouro com capacidade de vazão de dez mil metros cúbicos por segundo.

Numa caverna na margem direita do “canyon” do São Francisco, com duzentos e dez metros de extensão, vinte e cinco de

largura e cinquenta e quatro de altura, fica a casa de máquinas da usina, com suas unidades geradoras capazes de produzir quatrocentos e dez mil quilowatts, sendo a maior do mundo aberta em maciço rochoso.

Mais de cinco mil homens foram utilizados em suas obras civis, quando a cidade de Paulo Afonso e o acampamento da CHESF se transformaram numa ilha fluvial.

Todo esse grande comitimento, que se vem construindo desde 1950, no Governo Dutra, portanto preste a completar trinta anos, lembra o nome de um pioneiro alagoano, o primeiro a usar a força da cachoeira de Paulo Afonso, para mover as máquinas de sua fábrica de linhas, o grande Delmiro Gouveia.

Enfrentando o “trust” da Machine Cotton, que dominava o mercado brasileiro, pôde ele, até o seu misterioso assassinato, vencer o grande concorrente, com as famosas “Linhas da Pedra”, abastecendo o mercado nordestino.

Com a sua morte, a fábrica foi lançada ao rio, mas a sua figura continuou a projetar-se na história do nosso desenvolvimento, até que, recentemente, sua biografia inspirou um filme, que propaga a fibra da iniciativa empresarial do nordestino.

Em Alagoas já se homenageou esse grande vulto, dando o seu nome a uma cidade.

Agora, fazemos um apelo ao Ministro da Educação, no sentido de criar um Museu na cidade de Delmiro Gouveia, que guarde suas recordações, para que, venerando sua memória, as gerações futuras se inspirem no seu trabalho pelo nosso desenvolvimento, com a mesma coragem e imaginação criadora.

Era, o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. AUGUSTO LUCENA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, o Teatro Valdemar de Oliveira, no Recife, foi fruto de um trabalho de 40 anos, desenvolvido pelo Teatro de Amadores de Pernambuco. Tendo este conjunto funcionado desde 1941, procurou construir a sua própria casa de espetáculos, que viesse servir, não somente a si, mas, também, à própria cidade do Recife. Com imenso sacrifício e com o auxílio do povo pernambucano, Valdemar de Oliveira fez erguer o “Nosso Teatro” que, após a sua morte, tomou o seu nome. Para ali fez acorrer toda a sociedade pernambucana em espetáculos de teatro, música e dança; em formaturas e congressos etc., bastando dizer que o número de vezes que abriu as portas, nos oito anos de sua existência, representou mais que os eventos somados de todos os teatros da cidade, em igual período.

Infelizmente, porém, no dia 19 de outubro deste ano incendiou-se o Teatro Valdemar de Oliveira. Toda a platéia e o palco foram destruídos, reduzidos a pó, restando, todavia, grande parte do “hall” de entrada do 1.º andar, a Biblioteca Samuel Campelo, com seus quatro mil volumes sobre teatro, o prédio de camarins e a central de ar condicionado. Restou, também, a força e o ideal com que seus integrantes continuam a lutar.

Dai por que, ante essa grande perda para o teatro pernambucano, começam eles a recorrer ao auxílio dos poderes públicos e à doação de amigos, em dinheiro e em material. Já há muita coisa recolhida, porém as obras demandam cerca de 30 milhões de cruzeiros, incluindo poltronas, cenário, revestimento acústico, equipamento técnico, e tudo o demais necessário conseqüente à destruição pelo incêndio, tendo sido dado início aos serviços com os meios até agora obtidos.

E, recorrendo aos componentes da bancada pernambucana nesta Câmara, os dirigentes do Teatro Valdemar de Oliveira, — entre estes o Dr. Reinaldo de Oliveira — me solicitaram, também, fazer veemente apelo ao Excmo. Sr. Ministro da Educação, Dr. Eduardo Portella, que tão de perto conhece o meio cultural e artístico do Recife, no sentido de ajudar na reconstrução do Teatro Valdemar de Oliveira, por não se tratar de uma obra apenas particular mas que interessa à própria cultura pernambucana. Apelo a uma instituição que, realmente, realiza um trabalho palpável; pelo que já fez no terreno da educação artística; pelo que exibiu em termos de cultura e, principalmente, pelo tanto que difundiu, por todo o Brasil, em excursões memoráveis e em nome da inteligência pernambucana, a importância assumida pelo teatro de amadores, e o seu grau de desenvolvimento, em nosso Estado.

Pelas razões expostas, o Teatro de Amadores de Pernambuco, sentindo-se no direito de pedir, por ser capaz de dar, e tendo coragem de solicitar, porque pode retribuir dentro da sua grande capacidade de trabalho, na expressão do Dr. Reinaldo de Oliveira, espera que o Ministro Eduardo Portella, um quase recifense, haverá de levar em consideração o apelo contido na presente proposição, atendendo à justa reivindicação dos que fazem o Teatro de Amadores de Pernambuco, pela concessão dos meios necessários à sua reconstrução, pois com isto estará também servindo à cultura pernambucana.